DOI: https://doi.org/10.61895/pl.v19i36.22950

TURISMO E CULTURA EM UMA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Almir Félix Batista de Oliveira
Doutor em História (PUC-SP)
Professor visitante (PPGtur - UFRN)
E-mail: almirfbo@yahoo.com.br

Regina Ferreira de Araújo
Professora do Departamento de Turismo da UFRN
Doutoranda em Turismo pela UFRN
E-mail: regina.araujo@ufrn.br

Resumo

O presente artigo tem por finalidade discutir as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural (tanto na sua perspectiva material quanto imaterial) e as práticas de Turismo de Base Comunitária (TBC) em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), instituída pelo Governo Estadual do Rio Grande do Norte e denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (doravante mencionada a partir da sua sigla RDSEPT). Diante disso, surgiu a inquietação de averiguar os possíveis impactos entre cultura e turismo em um destino turístico. Para o alcance desse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar quais são os principais hábitos culturais da região; perceber se houve alguma mudança cultural na localidade a partir da chegada do turismo; e revelar o sentimento e a visão que a comunidade tem em relação ao turismo. Portanto, o problema central deste artigo consiste no seguinte questionamento: O turismo ocasionou impactos na cultura do destino? Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os principais líderes comunitários da reserva e identificou-se que neste estudo de caso específico o turismo não teve influências significativas sobre a cultura local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo de Base Comunitária. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão.

TOURISM AND CULTURE IN SUSTAINABLE DEVELOPMENT RESERVE

Abstract

This article aims to discuss the relationships between Cultural Heritage (both from a material and immaterial perspective) and Community-Based Tourism (CBT) practices in a Sustainable Development Reserve (RDS), established by the State Government of Rio Grande do Norte and called Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve (hereinafter referred to by its acronym RDSEPT). In view of this, the concern arose to investigate the possible impacts between culture and tourism in a

tourist destination. In order to achieve this general objective, the following specific objectives were outlined: to identify the main cultural habits of the region; to perceive if there has been any cultural change in the location since the arrival of tourism; and to reveal the feeling and vision that the community has in relation to tourism. Therefore, the central problem of this article consists of the following question: Has tourism caused impacts on the culture of the destination? To this end, semi-structured interviews were conducted with the main community leaders of the reserve, and it was identified that in this specific case study, tourism did not have significant influences on the local culture.

Key-words: Cultural Heritage. Community-Based Tourism. Ponta do Tubarão State Sustainable Development Reserve.

1 Introdução

Chegamos às primeiras décadas do século XXI e a prática turística completa mais de 180 anos de atividade desde a realização da primeira viagem organizada com o intuito de promover diversão, lazer, entretenimento e descanso àqueles que se iniciavam em tal empreitada. A prática turística surge com o advento da Revolução Industrial, principalmente a partir do incremento e desenvolvimento da máquina a vapor que não somente revolucionou a produção de bens materiais, bem como proporcionou a existência de meios de transporte mais rápidos e baratos, a exemplo das locomotivas e dos barcos a vapor. Para termos uma ideia das mudanças proporcionadas nos meios de transporte no início do século XIX, já existiam locomotivas[1] capazes de puxar oito vagões de carga e no primeiro quarto desse século (1825), se contava com locomotivas capazes de transportar 600 passageiros, uma mudança muito considerável em tão pouco tempo.

Nesses mais de 180 anos muitas mudanças ocorreram na prática turística. Entre o seu surgimento e o início do século XX, ainda se constituiu em uma prática para poucos (mesmo com as mudanças provocadas nos meios de transporte e até mesmo nos meios de hospedagem), só ocorrendo uma efetiva massificação de tal atividade com os novos aportes nos meios de transporte (a incorporação do avião, agora o transporte preferido das elites mundiais, a ampliação dos transportes terrestres como o uso dos ônibus de passageiros e do automóvel, o

[1] A primeira locomotiva movida com um motor a vapor foi construída em 1804 pelo engenheiro britânico Richard Trevithick e sua primeira viagem foi realizada na cidade de South Wales sendo capaz de carregar 18 toneladas de ferro e transportar por volta de 70 homens em uma distância de 14 km. No ano de 1814 foi a vez de George Stephenson (também inglês) construir a locomotiva "blucher" (em alusão aos sapatos Blucher confeccionado em peça única) que foi inaugurada na data de 25 de julho daquele ano, fazendo o percurso entre as cidades Lilligtwort e Hetton, sendo capaz de transportar oito vagões com 30 toneladas. Já o primeiro trem de passageiros da história fez a linha entre as cidades de Stockton a Darligton (trecho de 51 Km) no ano de 1825, sendo capaz de transportar 600 pessoas e carregar 60 toneladas de carga.

aumento do tamanho dos barcos e a implementação dos cruzeiros marítimos, com todas essas mudanças baseadas no uso do petróleo como material energético para tais equipamentos), assim como com a criação e construção de meios de hospedagens mais padronizados e em menor custo.

Essa massificação proporcionou não somente uma maior exploração dos destinos turísticos, ocasionando em muitos casos descaracterizações de lugares considerados "genuínos", assim como mudou os hábitos, significando processos de perda de identidade, para diversos grupos pertencentes a esses territórios explorados, gerando movimentos de resistência e contraposição que procuravam discutir a real capacidade do turismo de resolver todos os problemas, fossem esses sociais, econômicos e até mesmo culturais, ou se a prática na verdade não se constituía a um problema em si, gerando processos de aculturação e de perda de tradições há muito existentes nesses locais.

Ainda em contraposição a esse intenso movimento de massificação e a exploração exacerbada, dos lugares é que nas décadas de 1970 e 1980 surgiram propostas alternativas de práticas turísticas a exemplo do Ecoturismo[2], bem como, com a necessidade do repensar da própria prática do chamado Turismo Cultural a partir da exigência de mudanças nas formas de sua realização, com a observação e busca por ações mais planejadas (e aqui o planejamento se constituirá em uma das principais medidas adotadas para essas novas ações), que procurem de forma consciente levar em conta o papel a ser desempenhado pelas comunidades locais, onde os atrativos turísticos estão inseridos (sejam eles relacionados ao patrimônio cultural material ou imaterial), procurem observar a diversidade cultural envolvida nessas questões (procurando fugir da homogeneização como se todos fôssemos iguais).

[2] Conforme o Manual Ecoturismo: orientações básicas, produzido pelo Ministério do Turismo e publicado em 2010 (2ª Ed.) "Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (p. 17). A prática toma maior dimensão principalmente a partir da década de 1970 e constitui-se em um contraponto ao chamado turismo de massa. A principal preocupação à época (não diferindo muito da atual), era com os rumos que a exploração capitalista estava tomando em relação à natureza e a necessidade imediata de proteção e conservação desta, incluindo aí uma preocupação direta não somente em relação ao planeta como também aos destinos da própria humanidade. Atualmente (em uma concepção mais abrangente da própria ideia de ecoturismo), podemos envolver tanto a preservação ambiental (natural) não se esquecendo também das práticas culturais de diversas comunidades que promovem turismo (a exemplo do Turismo de Base Comunitária) harmônicas em relação ao meio-ambiente, assim como o turismo que considera os aspectos naturais e através das suas práticas responsáveis e conscientes promove a preservação desses aspectos

Nessa perspectiva é que concordamos que a cultura de um lugar é, de acordo com Pollak (1992), formada por meio dos acontecimentos vividos por um determinado grupo em um dado lugar, além daqueles vividos pessoalmente, e Gonçalves (2012), quando ao discutir *Les lieux de mémoire* (Os lugares de memória) de Pierre Nora, nos traz a reflexão de que o patrimônio cultural é formado por elementos históricos materiais ou imateriais que diferenciam um grupo social de um determinado território de um outro. E esse, o patrimônio cultural, vem a ser justamente um dos maiores atrativos que faz com que as pessoas se desloquem de um lugar para outro, promovendo, dessa forma, o turismo. Por sua vez, o fenômeno turístico, segundo Pakman (2014), em seu trabalho sobre as diversas conceituações de turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT), vai muito além dessas definições que, em síntese, correspondem ao turismo como fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual.

Dessa forma, a relação entre cultura e turismo é inquestionável, os exemplos tem sido frequentes aos longo do século passado, com apropriação e os usos do patrimônio cultural (tanto material quanto imaterial) pelo turismo demonstrado também nos entrelaçamentos em pastas estaduais e municipais com a denominação de Secretaria Estadual de Cultura e Turismo e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, colocando ambas temáticas em pé de igualdade sem grandes subordinações trabalhando de forma colaborativa, ou mesmo em condições não tão exemplares ou recomendadas como a acontecida recentemente (final do ano de 2019) em que foi proposta pelo governo federal a transformação do então Ministério da Cultura em uma Secretaria Especial de Cultura que passou a funcionar dentro e de maneira subordinada ao Ministério do Turismo no Brasil.

Diante disso, surgiu a inquietação de averiguar os possíveis impactos entre cultura e turismo em um determinado (e em potencial) destino turístico como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (doravante mencionada a partir da sua sigla RDSEPT) através da prática do Turismo de Base Comunitária (TBC) nesse território. Para o alcance desse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar quais são os principais hábitos culturais da região; perceber se houve alguma mudança cultural na localidade a partir da chegada do turismo; e revelar o sentimento e a visão que a comunidade tem em relação à prática da atividade turística. Portanto, o problema central deste artigo consiste no seguinte questionamento: O turismo ocasionou impactos na cultura do destino?

2 Revisão da Literatura

Ao analisar a discussão de Gonçalves (2012) sobre a obra *Les lieux de mémoire* de Pierre Nora, que foi escrita entre as décadas de 1980 e 1990, em um contexto crítico sobre o patrimônio cultural francês, observa-se que há uma reflexão muito intensa sobre as mudanças culturais que levam à "perda" da memória nacional. Essa discussão é muito presente nos estudos sobre o fenômeno turístico, haja vista que quando há interação entre pessoas de diferentes culturas, ocorre um imbricamento cultural. Quando Raymond Williams (1958) diz que "A cultura é de todos", ele relata que a formação de uma sociedade consiste na descoberta de direções e significados comuns, além dos já existentes e que a natureza de uma cultura é tanto tradicional quanto criativa, pois vai desde os significados comuns mais ordinários até os significados individuais mais refinados. Além disso, o autor quer dizer que todos têm o direito de ter acesso às mais diversas manifestações culturais e que ninguém é melhor ou pior do que outrem, apesar da sociedade demonstrar isso através das diferenças entre classes sociais, conforme descrito no trecho: "as massas não existem de fato, o que existem são modos de ver pessoas como massas." (Raymond Williams, 1958, p. 7).

A cultura de uma comunidade, as suas expressões culturais (materiais ou imateriais), pode ser percebida pelo patrimônio cultural (material e imaterial) que ela defende como algo próprio e portanto procura conservar, que pela realização da sua defesa lhe outorga e provem um sentimento de pertencimento e por conseguinte de união, possibilitando a criação e a manutenção de laços de afeto e de sentimentos comuns ao longo do tempo, que lhe dá identidade coletiva e permite fazer a ligação entre o seu passado e o seu presente nas vivências cotidianas e, por conta disso, é que nesse trabalho adotamos a definição de patrimônio cultural que elencamos a seguir:

> Um bem ou conjunto de bens de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição, uma comida etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identificação de um indivíduo ou grupos de indivíduos, gerando um sentimento de pertencimento destes a uma determinada coletividade (Oliveira, 2022, p. 32).

Uma definição que procura valorizar a diversidade cultural reconhecendo como patrimônio cultural toda produção cultural realizada pelo homem (como preconizava Williams), sem processos de hierarquização que considere um determinado bem material mais importante ou com mais importância que um bem imaterial ou valorize esses bens a partir de quem o produziu (quando se tinha como mais importante o patrimônio produzido ou compartilhado pelas elites),

ou da forma como foi produzida (aqui se era produzido a partir de um saber acadêmico ou institucionalizado). Uma definição que mesmo reconhecendo a possibilidade de oficialização desse patrimônio também compreende o papel das comunidades em eleger seus próprios patrimônios e serem capazes de protegê-los e transmiti-los às gerações futuras como fundamental para a manutenção do sentido de identidade e os laços de grupo e comunidade.

Essa nova perspectiva de se pensar e ver o patrimônio cultural nos leva a considerar manifestações da cultura (tanto materiais, quanto imateriais) pertencentes aos variados grupos constituintes das diversas sociedades, seja a nível mundial, nacional, regional ou local, como importantes, necessárias de se manterem existindo e inclusive sendo elevadas a categoria de patrimônio da humanidade ou patrimônio nacional, estadual ou municipal (quando das suas oficializações por algum órgão governamental que detém poder para fazer essa definição e consequentemente promovendo uma nova categorização e novas funções). Concomitante às mudanças relacionadas às questões culturais (e a forma de se dimensionar o que venha a ser considerado patrimônio cultural), no final do século passado e início desse, ocorrerão (como já citado anteriormente) mudanças ou novas formas de ver e de fazer a prática turística.

Nesse sentido é que irá "surgir"[3] (podemos assim dizer) uma nova forma de se fazer ou de se gerir o turismo com um potencial inovador bastante forte. Esse novo modelo constitui-se no Turismo de Base Comunitária em que para Carlos Maldonado consiste em:

> Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (Maldonado, 2010, p.16).

Em meio à definição apresentada por Maldonado e usada por nós como basilar para tratarmos essa nova forma de se fazer ou gerir o turismo queremos destacar alguns conceitos que são marcantes e constituem-se em novidade. O primeiro é o da propriedade coletiva dos bens patrimoniais pertencentes às comunidades que desenvolvem o TBC. Investimentos, ganhos,

[3] Na verdade, não se trata de "surgir" uma nova forma de gerir ou fazer turismo, se trata, após um longo período de reflexão e de experimentação de formas (pode-se por vezes classificá-las como alternativas) que procuravam repensar e consequentemente agir sobre a massificação exacerbada da prática turística promovendo novas concepções e redefinições do fazer turístico. Esse período se estende de as décadas de 1960 passando pelas décadas de 1970 e 1980, para se consolidar na década de 1990 e nos anos iniciais desse século XXI.

manutenção, melhorias, comprometimento deve ser algo que se obrigue a todos os membros, pelo menos a partes consideráveis desses. O segundo é o da autogestão compartilhada em que todos os participantes têm responsabilidades divididas e devem se empenhar pela boa e responsável prática turística. O patrimônio nesse tipo de atividade não pertence necessariamente ao sujeito A ou ao sujeito B, mas é algo comum a todos, é um saber e saber-fazer repassado de geração a geração e que promove o sentido de identidade da comunidade.

O terceiro consiste na cooperação e equidade do trabalho, possibilitando a geração mais igualitária (promovendo a equidade) possível da distribuição dos resultados e benefícios advindos da atividade entre aqueles que a desenvolvem. Essa busca pela equidade, pelo tratamento sem base na exploração da mão-de-obra (muitas vezes comum nas formas massificadas da prática turística em geral), garantem o quarto conceito aqui observado como diferencial do TBC e que consiste nas dimensões humanas e culturais dessa prática. Dimensão humana, pois, valoriza os contatos e diálogos entre iguais sem sobrepor turistas/visitantes como mais importantes que moradores/nativos. Dimensão cultural, pois, toma a cultura e as relações interculturais como primordiais e como produção de todos.

Por fim, queremos insistir em algo de extrema importância, que também faz parte da definição aqui adotada e que, portanto, deve sempre ser ressaltado quando das discussões teóricas ou empíricas sobre o TBC e que se funda na discussão a respeito da sustentabilidade dessa prática turística. Temos presenciado a realização de ações e de atividades do turismo de base comunitária em locais com características as mais diversas, porém uma coisa que é quase unanimidade entre essas é o respeito à natureza e à manutenção das condições da vida nesses espaços sem provocar ou promover alterações nos diversos e variados biomas onde se desenvolvem, na verdade interagindo com esses de forma cuidadosa, consciente, responsável. Nessa perspectiva é que a prática do TBC nas chamadas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) se constitui em formas de preservação desses territórios.

A Lei Federal n° 9.985/2000 (de 18 de julho de 2000) que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal Brasileira, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC além de dar outras providências define em seu Artigo 20 as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como sendo e constituindo-se em:

> Áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais, desenvolvidos ao longo de

> gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A mesma lei, no parágrafo 1º desse mesmo artigo, informa que o objetivo básico das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é o reproduzido a seguir:

> É de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

No parágrafo 5º são relacionadas as atividades que podem ser desenvolvidas nas reservas de desenvolvimento sustentável procurando obedecer às seguintes condições relacionadas a seguir:

> I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;
>
> II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;
>
> III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e
>
> IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

Quando partimos para a discussão referente às atividades que podem ser desenvolvidas nas RDSs vislumbramos a possibilidade (inclusive incentivada) de utilização desta não somente para a realização de pesquisas científicas relacionadas com os biomas aí existentes, como também o uso turístico, tendo pelas próprias características de preservação propostas pelo TBC uma das melhores formas de uso e apropriação desses territórios, procurando respeitar o Plano de Manejo produzido para a área, assim como tudo que envolve um planejamento estratégico eficaz e eficiente para o melhor aproveitamento e a manutenção das melhores condições de manutenção e conservação da reserva.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação existem hoje no Brasil 47 reservas de desenvolvimento sustentável, implementadas a nível federal, estadual e municipal, com os

seus respectivos órgãos gestores (sendo estes o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, institutos (agências) estaduais de meio ambiente e recursos hídricos ou somente institutos (agências) estaduais do meio-ambiente, secretarias estaduais e municipais de meio-ambiente ou desenvolvimento ambiental, prefeituras municipais ou mesmo instituições de caráter privado) e geralmente com os seus planos de manejo definidos e regulamentados. São alguns exemplos das já instituídas RDSs citadas a seguir: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (MG), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (AM) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN). Essa última tomada como território pesquisado na produção desse artigo conforme mencionado anteriormente.

3 Metodologia

3.1 Caracterização do Objeto de Estudo

A pesquisa de campo se deu na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RDSEPT), localizada nos municípios de Macau e Guamaré no estado do Rio Grande do Norte, Brasil, a aproximadamente 190 km de distância da capital Natal. Esta unidade de conservação ambiental integra o sistema estuarino do Rio Tubarão, na qual estão localizadas as comunidades litorâneas de Sertãozinho, Diogo Lopes, Barreiras, Chico Martins e Soledade e as comunidades rurais de Cacimba da Baixa, Baixa do Grito, Pau Feito, Lagoa Doce, Mangue Seco I e Mangue Seco II.

A finalidade da Reserva é garantir a preservação da natureza e assegurar a produção e reprodução das condições de vida das populações locais. A população da reserva é majoritariamente composta por pescadores e marisqueiros artesanais que têm a pesca e a coleta de mariscos como sua principal fonte de renda. A Reserva possui uma área marinha que se estende por cerca de 14 km de extensão por 2 km de largura ao longo da costa, a porção marinha é separada do Rio Tubarão - como é chamado o braço de mar pela população local - pela mata de restinga. A Reserva possui ainda atrativos naturais como: dunas, falésias, braço de mar, vegetação de caatinga, restinga e uma vasta fauna marinha.

De acordo com Wanderley Filha et al. (2017) o processo de criação da reserva se deu principalmente em decorrência das ameaças de degradação dos recursos naturais advindas especialmente da especulação imobiliária e da carcinicultura em sua região de manguezais. Como alternativa de uso sustentável para a RDSEPT o turismo de base comunitária "(...) tem sido apontado pelos moradores locais, como uma prática capaz de gerar, simultaneamente, renda, oportunidade de trabalho e conservação ambiental" (Wanderley Filha et al.; 2017 p.1).

Dessa forma, em 18 de julho de 2003, foi sancionada a Lei estadual nº 8.349, a qual "Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos Municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências." A lei de criação da RDSEPT dispõe sobre as permissões e proibições de atividades a serem desempenhadas na reserva, bem como regulamenta a composição do seu Conselho Gestor. Esse conselho, de caráter deliberativo, de acordo com o IDEMA (2024), é atuante e aprovou em 26 de julho de 2018, na sua 70ª reunião extraordinária o Plano de Manejo da RDSE Ponta do Tubarão, o qual foi convalidado na 89ª Reunião Ordinária do CONEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), realizada em 27 de agosto de 2020.

Quanto à gestão, a RDSEPT conta atualmente com o apoio e discussão da Câmara Técnica de Educação Ambiental do seu Conselho Gestor, como apresentado no inciso V do artigo 27 do capítulo XI que diz: compõe à Câmara Técnica de Educação Ambiental: "favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico."

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão conta com um conselho gestor regulamentado pelo regimento interno aprovado pela resolução 001 de 2004 do Conselho Estadual de Meio Ambiente em 10 de agosto de 2004. Esse regimento objetiva, dentre outras coisas:

> Definir políticas e diretrizes para o planejamento e gestão da Reserva, em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e legislação que compõe a Política Estadual de Meio Ambiente, visando promover a proteção de seus recursos ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população local residente no seu território (Cap. II, Art. 2º, inc.I).

O conselho gestor da RDSEPT é constituído por 19 (dezenove) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 07 (sete) governamentais e 12 (doze) não governamentais, conforme especificação do art. 80 da Lei Estadual Nº 8.349, de 18 de julho de 2003. Em seu artigo 6º o

regimento interno da RDSEPT diz que, “Os Conselheiros, após investidos nos respectivos cargos, têm poderes constituídos legalmente para praticar, em reuniões do Conselho, todos os atos necessários à consecução dos objetivos da Reserva, tomando decisões por maioria dos seus componentes.” Essa designação do regimento, bem como outras relativas à composição do conselho e às competências dos conselheiros, demonstra um caráter participativo e democrático nessa instância de governança, o que evidencia um traço da cultura local em relação à participação e representatividade política.

3.2 Descrição da Pesquisa de Campo

As entrevistas semiestruturadas se concentraram nos três principais distritos da reserva, os quais ficam interligados geograficamente e se localizam no município de Macau, quais sejam: Sertãozinho, Diogo Lopes e Barreiras. Foram entrevistados os quatro representantes comunitários da RDSEPT: a presidente da Associação de Mulheres Luiza Gomes; o coordenador do Centro Ama-Goa de Cultura e Meio Ambiente (AMA-GOA); o representante da Comunidade de Pescadores, que também representa a Comissão de Justiça e Paz; e a representante do grupo de pescadoras de Barreiras (anteriormente denominadas “marisqueiras”).

As entrevistas foram gravadas por meio de autorização dos participantes por escrito com assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), tendo sido realizadas nos dias 14 e 15 de março de 2025 de forma presencial nas residências e/ou nas sedes das entidades representadas. Duraram entre 13’11’’ e 45’50’’. O roteiro de entrevista foi composto por cinco questões norteadoras que se desmembraram em outras de acordo com as respostas de cada entrevistado. A primeira questão perguntava sobre os principais hábitos culturais da região. Já a segunda instigava a reflexão da relação entre as mudanças culturais com a chegada do turismo. A terceira pedia um breve histórico da atividade turística na região. Enquanto a quarta permeava sobre os impactos positivos e negativos dessa atividade. A quinta, por fim, retomava a segunda de maneira mais incisiva, a fim de entender se o turismo afetou a cultura local e de que forma, mas só foi feita na primeira entrevista, tendo sido ocultada das demais por ter parecido repetitiva.

4 Resultados e Discussões

Ao iniciar as entrevistas perguntando sobre os principais hábitos culturais da reserva, as respostas apresentaram similaridades, destacando-se a ida à costa para o banho, o lazer e o pernoite (acampamento); as festividades religiosas, a exemplo da festa do padroeiro São Sebastião de Barreiras, com o famoso "mela" após a procissão, a de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira de Sertãozinho, comemorada no mês de agosto e a festa das flores na comunidade de Diogo Lopes, no último final de semana de maio, com a coroação de Nossa Senhora no dia 31 de maio; a dança do pastoril em janeiro; alguns resquícios dos blocos carnavalescos; festas juninas organizadas pelas escolas; o luau de agosto; e a regata (corrida de barcos), no mês de setembro. Sobre os hábitos culturais alimentares foram citados: a sardinha caseira e o peixe avoador na pressão; uso da ubarana (peixe) para fazer bolinho, hambúrguer e moqueca; o marisco; o caranguejo, o caldo de arraia e o siri; além das comidas de milho, tais como canjica, pamonha e mungunzá.

Tratando do segundo questionamento sobre as mudanças culturais ocorridas na região da RDSEPT foi possível observar em praticamente todas as entrevistas que houve uma diminuição considerável dos blocos carnavalescos (tendo havido uma descaracterização das festas de carnaval); também diminuíram as festas de quermesse; e ainda se mudaram os gostos musicais, mas nada diretamente relacionado à chegada do turismo.

Uma das entrevistadas relatou: "Antigamente aqui a cultura era mais melhor. Há uns 10 anos atrás. Não existe mais. Tinha muita coisa. Tinha carnaval. Num tem mais essas coisas. Aqui agora é muito calmo. Os vereadores não se interessam pelo município." A partir dessa fala pode-se perceber que há uma certa responsabilização das mudanças ou "perdas" culturais à falta de interesse político, tema esse que aparece também na fala de outro entrevistado que fez uma reflexão sobre a questão das mudanças ocorridas com as músicas que a comunidade escuta e o impacto disso na política, pois ele afirmou que antigamente as músicas eram mais críticas em relação a este tema e hoje praticamente não se vê mais essa abordagem.

Ao tratar sobre a chegada do turismo na região, os entrevistados informaram que o mesmo já é praticado há bastante tempo (cerca de 20 anos) e que os turistas sempre retornam, ou seja, existe uma fidelização decorrente principalmente do acolhimento que a comunidade apresenta ao levar os visitantes para a costa, caracterizando um turismo de lazer associado a sol e praia. Por outro lado, também houve destaque nas entrevistas da chegada do turismo pedagógico a

partir da criação da reserva (RDSEPT) em 2003, o que é coincidente com o período do turismo de lazer, pouco mais de 20 anos. Uma das entrevistadas, porém, relatou que o turismo na reserva ainda é "muito fraco", afirmando ainda que o turismo em Diogo Lopes é mais evoluído do que em Barreiras.

Sobre os impactos positivos e negativos do turismo na reserva, houve destaque na fala dos entrevistados sobre a importância dessa atividade como uma incrementação na geração de renda, mas sem substituir a atividade principal, que é a pesca. No entanto, obteve-se o seguinte relato:

> O turismo poderia inclusive contribuir para aliviar um pouco a pesca. Por exemplo: o pescador no lugar de precisar trabalhar 7 dias no mar, ele poderia ter 2 ou 3 dias numa outra atividade (como levar turistas para a costa). Mas a gente teve essa dificuldade e temos ainda porque a embarcação dos pescadores não pode levar os passageiros pelas normas que a Marinha impõe.

De acordo com o entrevistado, não compensa para os pescadores montarem e desmontarem toda a estrutura necessária para os passeios, como bancos e cobertura e eles também não têm condições de terem dois barcos, sendo um para cada atividade. Então, como solução para este problema, por meio da associação dos pescadores, foi constituído um barco grande para a realização dos passeios com os turistas e está sendo feito um regime de rodízio entre os pescadores para tripular este barco ao receberem os grupos.

Um segundo entrevistado enxerga o turismo como oportuno para a reserva, desde que seja na contramão do turismo de massa, ou seja, um turismo ecológico e pedagógico, mesmo visualizando que daqui a duas décadas não vai mais haver a tranquilidade dos dias atuais. Uma outra entrevistada enxerga o turismo como uma grande oportunidade para a comunidade, pois iria trazer mais movimentação para o local.

5 Considerações Finais

Retomando a discussão dos lugares de memória de Pierre Nora por Gonçalves (2012), pode-se dizer, a partir da análise das entrevistas realizadas, que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão apresenta itens preponderantes que caracterizam a cultura desse lugar, especialmente no que se refere aos elementos relacionados ao mar, ou seja, desde a ida à costa como momento de lazer e atrativo turístico, perpassando pela culinária toda

originária da pesca, e chegando aos festejos que tem como principal culminância a regata de barcos.

Com relação aos objetivos de pesquisa de identificar a relação entre cultura e turismo, pôde-se observar que de fato a cultura está totalmente relacionada à atividade turística, haja vista que os visitantes que frequentam a RDSEPT participam das mesmas atividades culturais que os moradores, sendo elas o principal atrativo atrelado aos recursos naturais.

Por fim, analisando a interferência do turismo na cultura local, por se tratar de uma reserva de desenvolvimento sustentável e não receber turistas de forma massiva, tendo sido trabalhado inclusive o turismo de base comunitária, foi possível perceber que as mudanças culturais ocorridas ao longo dos anos na RDSEPT não foram decorrentes diretamente da atividade turística.

Referências

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. MTUR. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MTUR. **Ecoturismo:** orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CONEMA. **Conselho Estadual de Meio Ambiente. Resolução 001** – Regimento Interno do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT. http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=948&ACT, 2004

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. Historiae**, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Lei nº 8.349, de 18 de julho de 2003. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte. http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000043673.PDF, 2003.

IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão**. http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=948&ACT, 2024.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O **Patrimônio Cultural e os Livros Didáticos de História**. 1º Ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. *In*: **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, v. 24, p. 1-20, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5 (10): 200-212, 1992.

Wanderley Filha, I., Mazzolini, A. G. V., & Azevedo, F. F. Turismo Comunitário e Gestão Participativa na RDS Estadual Ponta do Tubarão (RN): processos e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur),** 10(2), 2017.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos**. Trad. Maria Elisa Cevasco. Departamento de Letras, USP, 1958.

Recebido em 2025-05-26
Aprovado em 2025-06-13